



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

RGF 2º quadrimestre de 2022.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 10:00 horas, no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, instalou-se a Audiência Pública, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte e dois, conforme determina o parágrafo quarto do artigo nono da Lei Complementar nº 101 de quatro de maio de dois mil. Iniciado os trabalhos, deu abertura à presente audiência o secretário de administração sr. Vilson Tibes, que agradeceu a presença de todos, e explanou que de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a cada quadrimestre devem ser demonstradas em audiências pública a "avaliação do cumprimento das metas de receita e despesa", bem como da Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022, até o final do mês imediatamente subsequente ao demonstrado. Na sequência passou a palavra para o contador sr. Everson Spagnolho que iniciou a apresentação das metas e seus respectivos resultados obtidos ao final do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte e dois, mencionando que todas as informações encontram-se disponibilizadas no site do Município de Monte Castelo www.montecastelo.sc.gov.br no link transparência <https://transparencia.betha.cloud/#/9fjKbICWJpSDYDwzurb7PQ==> bem como no site www.tce.sc.gov.br em informações dos municípios <http://servicos.tce.sc.gov.br/sic/homesic.php>. Orçamento 2022 estimado em R\$ 30.000.000,00. Começando com a avaliação da **Receita Arrecadada** totalizou em R\$ 31.429.069,46, sendo R\$ 26.340.880,96 de receitas correntes e R\$ 5.088.188,50 de receitas de capital. Em relação à **Meta de Arrecadação** para até o 2º quadrimestre 2022 prevista em R\$ 20.000.000,00, o Município cumpriu a meta, arrecadando R\$ 11.429.069,46 a maior. Até o final deste período o município arrecadou com **Alienação de Bens Imóveis** o valor de R\$ 82.164,00, autorizado pela Lei Municipal nº 2679, de 06 de abril de 2021 e em **Operação de Crédito** captamos R\$ 1.250.000,00 destinados a saúde através do contrato de Operação de Crédito com a Caixa Econômica Federal nº 0542.739-95/20 programa finisa. Em seguida fez a exposição sobre as **Despesas Executada**, sendo liquidada uma despesa de R\$ 24.134.926,60, distribuídas em R\$ 20.403.403,11 de despesas correntes e R\$ 3.731.523,49 de despesas de capital. Na sequência, confrontou a Receita Arrecadada e a Despesa Liquidada, demonstrando um Superávit Orçamentário na ordem de R\$ 7.294.142,86. Quanto aos Resultados Primário e Nominal, foram calculados de acordo com o Manual de Demonstrativos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Sando', 'Eliam', and 'Fidelino'.



Fiscais – MDF 8ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 495 de 06/06/2017. Desta forma temos o que segue, o **Resultado Primário**, identificou o valor de R\$ 5.544.712,94, ficando 229,53% em relação a meta anual fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de R\$ 2.415.664,91. Em relação ao **Resultado Nominal**, que tem a meta prevista em R\$ 2.282.514,91, o município atingiu o valor de R\$ 5.647.934,34 que representa 247,44% a mais que a meta anual. Em Relação à **Dívida Consolidada Líquida** obtivemos na ordem de R\$ -6.940.381,09, ou seja, -19,39% sobre a Receita Corrente Líquida, portanto ficando bem abaixo do estabelecido por Resolução do Senado Federal, então fica cumprido o limite de alerta do inciso III do § 1º do art. 59 da LRF. Além das metas fiscais, o contador Everson Spagnollo apresentou o desempenho da Gestão Municipal em relação aos limites Legais e Constitucionais. Em relação aos **Gastos com Pessoal** do Poder Executivo (41,38%) e Legislativo (2,47%) realizados nos últimos 12 meses, atingiram o montante consolidado de R\$ 15.187.066,19, resultando numa despesa total com pessoal de 43,85% sobre a **Receita Corrente Líquida** ajustada para cálculo dos limites da Despesa com Pessoal o total de R\$ 34.637.519,39 e, portanto, abaixo do teto de 60% sobre o Limite de Alerta, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF. Na sequência avaliou os **Gastos com Ações e Serviços de Saúde**, que atingiram o valor aplicado pelo Município na ordem de R\$ 2.460.740,75, resultando em 14,03% sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, portanto ficando abaixo do limite mínimo de 15% (quinze pontos percentuais), estabelecido pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012. Continuando, explanou sobre os com **Gastos na Educação**, cujo valor atingiu a importância de R\$ 3.267.061,23 sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, sendo aplicado desta forma 18,13% em gastos com a manutenção e desenvolvimento do Ensino, ficando abaixo do limite mínimo de 25%. E, finalmente, apresentou os gastos aplicados na **Remuneração de Pessoal do Magistério**, que alcançaram o valor de R\$ 2.713.106,07, que equivale a 57,13%, sobre o total dos recursos recebidos do FUNDEB e respectivos rendimentos de aplicações financeiras, portanto, também abaixo do limite mínimo de 70%, estabelecido pelo artigo 22 da lei 11.494/2007. Na sequência, disponibilizou espaço para discussão dos resultados apresentados, com os participantes, para questionamentos e para tirar dúvidas. Encerradas as discussões e questionamentos, devolvendo os trabalhos ao Secretário de Administração e Finanças, que agradeceu a todos e encerrou a audiência, da qual, lavrou-se a presente ata.

Ass. Secretário
Ass. Financeiro
Ass. Jurídico
Ass. Planejamento
Ass. Gestão de Pessoas
Ass. Gestão de Materiais
Ass. Gestão de Serviços
Ass. Gestão de Obras
Ass. Gestão de TI
Ass. Gestão de Meio Ambiente
Ass. Gestão de Cultura
Ass. Gestão de Turismo
Ass. Gestão de Esportes
Ass. Gestão de Saúde
Ass. Gestão de Educação
Ass. Gestão de Assistência Social
Ass. Gestão de Trabalho Social
Ass. Gestão de Políticas de Mulheres
Ass. Gestão de Políticas de Juventude
Ass. Gestão de Políticas de Idosos
Ass. Gestão de Políticas de Deficiência
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Gênero
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade Racial
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Orientação Sexual
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Etnias
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Territórios
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Gerações
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Territórios
Ass. Gestão de Políticas de Igualdade de Gerações



**LISTA DE PRESENÇA – AUDIÊNCIA PÚBLICA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF**

2º QUADRIMESTRE 2022

26/09/2022 as 10:00 horas

NOME	ASSINATURA
Marceline Roskomp	
Selange B. da Silva	
João Roberto Franco	
Kleue Rafael Arag	
Claudio de Faria	
Elverson S. de Souza	
Artemio G. Lima	
João Roberto Franco Filho	
Silmara Smentkoski	
Sueli Alves	
Edison A. Aguiar	
Samuel Bazzoni Buene	
Laconi Grein Rodrigues da Silva	
André de Oliveira	
Erin R. S. Prestes	
Priscila	
Monica Regina Winding	
Jubara Paulista	



OFÍCIO Nº 35/2022-FIN/CONTAB

Monte Castelo (SC), 22 de Setembro de 2022

Ao
Exmo. Sr.
RAFAEL RAMOS JIENTARA
MD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Câmara Municipal de Vereadores
MONTE CASTELO/SANTA CATARINA

Assunto: AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF 2º QUADRIMESTRE 2022 E
DISCUSSÃO E SUGESTÕES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA
ANUAL LOA-2023

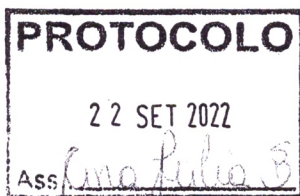
Excelentíssimo Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atendimento ao disposto no parágrafo 4º do Art, 9º da Lei 101 de 4 de maio de 2000 (LRF), venho através deste solicitar espaço junto a Câmara de Vereadores na data de 26/09/2022 às 10:00 horas para elaboração de Audiência Pública para apresentação das Metas Fiscais extraídas do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, relativo ao 2º quadrimestre de 2022 bem como sugestões para elaboração da Lei Orçamentária Anual LOA-2023.

Conforme matéria listada deverá ser indicado um membro da Comissão de Orçamento e Finanças para presidir a reunião, que deverá ser lavrada em ata específica.

Sendo o que se apresenta.

Atenciosamente,





JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
Prefeito Municipal